

045

20/05/2026



Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

APEOESP DESENVOLVE **LUTA** **PERMANENTE** PELO CUMPRIMENTO DA **LEI DO PISO**

Desde a promulgação da Lei 11.738/2008 nosso Sindicato atua em todos os espaços políticos e jurídicos pelo seu cumprimento

Julgamento do Tema 1218 no STF corrobora toda a nossa luta

Secretaria de Comunicação

A APEOESP é a entidade pioneira na luta pela aplicação correta da lei do Piso Salarial Profissional Nacional (Lei 11.738/2008), tanto do ponto de vista salarial, quanto da composição correta da jornada de trabalho (26 aulas com estudantes e 14 aulas para outras atividades relacionadas à formação continuada e ao ensino, fora da sala de aula). Recentemente obtivemos sentença favorável no Tribunal de Justiça de São Paulo neste sentido.

Nossa ação em 2017 venceu em todas as instâncias e foi bloqueada no STF

Nossa luta pelo pagamento correto do piso remonta à promulgação da lei e se intensificou a partir de 2017, quando o governo estadual de então decidiu não aplicar o reajuste do piso nacional no salário-base, com repercussão em toda a carreira. A APEOESP ingressou com ação judicial no TJSP e conquistou sentença favorável, confirmada em segunda instância no próprio tribunal, para que fosse aplicado reajuste de 10,15% no salário-base e em toda a carreira. O Estado recorreu e novamente a sentença foi confirmada no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Tendo vencido em todas as instâncias, nosso Sindicato já tomava providências para a execução da sentença, quando o governo estadual de então protocolou um "recurso extraordinário" no Supremo Tribunal Federal (STF), que, contrariando os ritos jurídicos, acatou o recurso e suspendeu a aplicação do reajuste. A matéria continua pendente no STF, apesar de nosso constante acompanhamento junto àquela Corte. Nos anos posteriores nosso Sindicato ingressou com novas ações pela aplicação correta do piso.

Recordemos que a obrigatoriedade da criação do Piso Salarial Profissional Nacional foi incluído na Constituição Federal pelo então deputado Gumercindo Milhomem Neto, ex-presidente da APEOESP.

Julgamento no STF é uma etapa da mesma luta

A APEOESP sempre compreendeu a importância do piso nacional como ponto de partida para a valorização do Magistério em nível nacional e

estadual e entende também a importância do julgamento do Tema 1218 no STF, que hoje ocorre, justamente em sentença favorável nesta ação movida por uma professora filiada à APEOESP desde 1991. Esta ação, que foi proposta quase dois anos depois da nossa, corrobora todas as nossas iniciativas até então.

Lamentavelmente, setores que hoje exaltam o julgamento do Tema 1218 criticaram durante anos a lei do piso, enquanto lutávamos pela sua efetividade. Tanto a APEOESP quanto nossa representante na Alesp, a deputada estadual Professora Bebel, tem atuado para levar nosso entendimento sobre a lei do piso e o Tema 1218 a todos os ministros do STF para que a decisão seja favorável à nossa categoria.

Continuamos nesta luta, pois temos consciência do papel insubstituível das entidades sindicais para a garantia dos direitos do Magistério da classe trabalhadora.

A despeito de sermos protagonistas nessa luta, e a despeito de ser justamente a ação individual de uma professora que suspendeu nossa execução dos 10,15% obtido na nossa pioneira ação do piso, a APEOESP compreende a importância do julgamento do Tema 1218 no STF, porque é a luta de uma filiada nossa e porquê esse julgamento terá importância nacional, ajudando os professores de nosso país a exigir o cumprimento do piso, que a APEOESP sempre defendeu.

APEOESP REALIZOU ENCONTRO ESTADUAL DE COMITÊS POPULARES

A APEOESP realizou nesta quarta-feira, 20 de maio, o Encontro Estadual de Comitês Populares, com representação de subsedes e comitês de todo o estado e representantes de movimentos populares entidades.

Demonstrando a representatividade do encontro, fizeram uso da palavra a deputada estadual Professora Bebel, primeira presidenta licenciada da APEOESP; Paulo Okamoto, ex-presidente da Fundação Perseu Abramo e diretor de operações e planejamento do Instituto Lula; Raimundo Suzart, presidente da CUT/SP; Renato Rodrigues, representante da Intersindical; Francisca Seixas, da CTB; Roberto Guido, primeiro presidente da APEOESP em exercício; Sérgio Cunha, primeiro secretário geral da APEOESP; Jeferson Celos, advogado da APEOESP; Julia Monteiro, presidenta da UPES; Rosaura Almeida, presidenta licenciada da APASE; Genésio da Silva, do Fórum de Saúde Mental de M Boi Mirim; Sueli Bento, do sindicato das empregadas domésticas de Piracicaba; Kátia Del Monte, da Pastoral da Terra; Otávio Ramos, do Fórum dos Trabalhadores Ambulantes de São Paulo; Mara Souza, do movimento de moradia; Poliana Nascimento, secretária de Política Sindical da APEOESP; Leandro Oliveira, secretário de Organização da APEOESP e representante do Fórum Estadual de Educação; Walmir Siqueira, secretário de Legislação e Defesa dos Associados da APEOESP e secretário Nacional LGBTQIA+ da CUT; Reinaldo de Matos Lima, diretor estadual da APEOESP; Darlécio Norato, da Liga do Professorado Católico e Cláudia Luci, representando MEOB.

